

---

# MODERNIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA “UNIVERSIDADE DO TERCEIRO MILÊNIO”: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

*Adelia Maria Miglievich Ribeiro\**  
*Paulo Sérgio Ribeiro da Silva Júnior\*\**

## **Abstract**

This article examines the concept of public university put forward by Darcy Ribeiro with the creation of the Northern Rio de Janeiro State University, which was born under the controversial sign of the spokesperson of the emerging civilization and the cradle of autonomous thinking to accelerate regional development. In order to achieve this, the very paradoxes of the relationship between technology, modernization, and cultural autonomy were faced. They also require a new response to theoretical and epistemological dilemmas. The article defends the view that a transformational project can not be thought out in isolation from the daily struggles between governments, scientists, businesspeople, and workers.

**Keywords:** University; Northern Rio de Janeiro State; Science; Technology; Darcy Ribeiro; Regional Development.

## **INTRODUÇÃO**

Ao se percorrer lugares tais como as indústrias cerâmicas em distritos do município de Campos dos Goytacazes/RJ e os laboratórios de ciência e tecnologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense, aquela batizada por seu mentor intelectual, Darcy Ribeiro (1922-1997), como

“Universidade do Terceiro Milênio”, buscamos, inicialmente, compreender a articulação de cenários distintos e sua posição relativa no espaço social, que não omitem relações hierárquicas entre agentes e práticas sociais. Os distanciamentos entre os objetivos da Universidade e as demandas regionais ainda reproduzem a dicotomia “tradição versus modernidade”, que, ao invés de explicar a complexidade do real, acaba por impedir a proposição de soluções. Nossa pesquisa possibilitou questionar os rumos da “intervenção modernizante”, acalentada pela Universidade que se propõe inaugurar uma “nova era” numa região pauperizada e, concomitantemente, próspera, ao dar voz à pluralidade dos atores que, juntos, compõem o setor produtivo na região<sup>1</sup>. Tratamos, antes, de estudar os sentido de “região” e

de “desenvolvimento” para que pudéssemos observar os paradoxos do “desenvolvimento regional”. A partir deste primeiro estudo, ousamos tecer considerações sobre o lugar (ou não-lugar) da Universidade nesse cenário, cuidando de observar que a crítica de conceitos permite revisões de metas e estratégias de ação. Assim sendo, apostamos na possibilidade da interação positiva entre UENF e setor econômico em Campos dos Goytacazes e região, sob a condição de se problematizar as relações sociais que conformam tal espaço e definem modalidades de desenvolvimento regional.

A expressão *Norte Fluminense* tem uma inegável eficácia simbólica que não corresponde efetivamente a uma realidade homogênea. A noção de pertencimento a um território, identidade regional – aparentemente definitiva – desfaz-se

---

\* Professora do programa de pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF); coordenadora do Núcleo de Estudos em Teoria Social (NETS/LEEA/UENF); doutora em Sociologia (IFCS/UFRJ). E-mail: [adeliam@censanet.com.br](mailto:adeliam@censanet.com.br).

\*\*Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Membro do Núcleo de Estudos em Teoria Social (NETS/LEEA/UENF). E-mail: [paulosrsj@yahoo.com.br](mailto:paulosrsj@yahoo.com.br).

quando focalizadas as dimensões econômica e simbólica as lutas sociais pela apropriação e redefinição do espaço e de seu imaginário. De fato, definições político-administrativas de uma circunscrição territorial têm por efeito a *naturalização* do espaço social na medida em que o encerram em uma noção identitária comum, quando, na verdade, o que se verifica é a constituição contraditória de *realidades*. Uma região não está, portanto, dada; antes, é construída.

O apontamento de fenômenos macrosociais, abrangendo formações históricas situadas no que se delimita consensualmente *centro e periferia* no capitalismo mundial, constituiu (e ainda constitui) uma temática vigorosa na investigação econômica e sociológica, resultando em diferentes abordagens, sobretudo no pensamento social latino-americano. O *desenvolvimento* é uma das molduras discursivas dessa ampla temática, constituindo atualmente expressão polissêmica devido à sua apropriação por diferentes grupos de interesse e vertentes ideológicas. Substantivo que sempre implica adjetivações. *Desenvolvimento* pode ser social, econômico, industrial, tecnológico, sustentável, humano, dentre outros. No contexto latino-americano do pós-guerra, *desenvolvimento* conformou a orientação basilar de teorias e políticas que, em diferentes experiências nacionais, buscavam direcionar os impasses da insurgência

e consolidação da modernização periférica. A idéia fundamental nessas intervenções era, por meio da industrialização, incorporar no sistema produtivo de cada país as inovações tecnológicas desenvolvidas nos países centrais provendo assim a “*continua elevação da produtividade do trabalho e da renda*” (VIOTTI, 2001)<sup>2</sup>.

O *desenvolvimento*, comumente vinculado à noção de *progresso*, assume um caráter fluido na maioria dos discursos norteadores de pesquisas e políticas públicas hoje, assim como nas diferentes percepções reproduzidas no cotidiano. Para Gustavo Ribeiro (*apud* MONTIBELLER-FILHO, 2001)<sup>3</sup>, *desenvolvimento* é uma ideologia dotada de força persuasiva, seja no discurso capitalista liberal, seja no discurso socialista, já que agrega “*uma noção universalmente desejada*”<sup>4</sup> inerente à idéia positiva de melhoria e/ou progresso. No entanto, há de perguntar: “melhoria para quem?”, ou ainda “como segmentos sociais distintos podem ser sujeitos do que definem como melhoria?”. As idéias de desenvolvimento e progresso são menos exatas do que se poderia desejar e são reiteradas de forma turva na vida social.

Dialogamos com as contribuições dos cientistas sociais contemporâneos José Luís Fiori, Otávio Dulci e José Luis Vianna da Cruz, especificamente em “*O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*” (2003)<sup>5</sup>, “*Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional*” (2002)<sup>6</sup> e “*Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000)*” (2004)<sup>7</sup> que, em conjunto, convidam-nos a uma releitura do tema do desenvolvimento no caso brasileiro. O sentido de trazer à luz esse debate está na proposição de que algumas das questões nele contidas podem nos ajudar na interpretação do discurso político e acadêmico que legitimou a proposta da “Universidade do Terceiro Milênio” nessa região.

•••  
*desenvolvimento  
é uma ideologia  
dotada de força  
persuasiva, seja no  
discurso capitalista  
liberal, seja no  
discurso socialista,  
já que agrega  
“uma noção  
universalmente  
desejada”*

#### POSSÍVEIS CORRELAÇÕES HISTÓRICAS DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA NO NORTE FLUMINENSE

Embora não se pretenda fazer uma análise do intercurso Colônia-Império-República, brevemente, há de se lembrar que, para Fiori (2003)<sup>8</sup>, a dissolução do pacto colonial luso-brasileiro não alterou significativamente os princípios basilares de uma economia agrário-exportadora cristalizados em um sistema produtivo mercantil-escravista, dirigido despoticamente por elites espalhadas no território, que lograram, ainda na Colônia, “*alianças políticas internas*”<sup>9</sup>, mobilizadas em assegurar suas esferas de dominação na vigência de suas “*relações com o exterior*”<sup>10</sup>. No entanto, a reordenação política interna erigiu-se em uma série de enfrentamentos dentre essas mesmas elites, cujos segmentos inteiravam movimentos insurgentes, orientados na busca da condução autárquica de seus respectivos domínios regionais. A consolidação do Império brasileiro definiu-se não necessariamente na insuficiência dessas rebeliões – derrotadas todas pelo poder



central –, mas pela sustentação desse mesmo poder na “*autonomia local dos senhores do café e do açúcar*”<sup>11</sup>. A relativa estabilidade do Império observou na continuidade da escravidão, mais do que na “*força de sua Guarda Nacional*”<sup>12</sup>, um limite à expansão dos fatores desagregadores inerentes à dispersão desses potentados rurais, representados com maior ou menor envergadura em um “*regime político parlamentar extremamente excluyente, porém sólido e duradouro*”<sup>13</sup>.

Impressiona essa conjugação de interesses (mais complementares do que divergentes) na oficialidade do poder de grupos dirigentes da classe dominante no germinal Estado nacional do período imperial, mesmo quando evidenciada no pensamento de um ideólogo conservador como Oliveira Vianna (1883-1951)<sup>14</sup>, que não deixou, contudo, de prover uma antecipação crítica primorosa dos contornos dessa instituição na sociedade brasileira, mesmo que dimensionados implicitamente em sua obra. Não entrando no mérito sobre os aspectos que demandariam um maior aprofundamento sobre a idéia de *nação* em Oliveira Vianna, cujo caráter seria manifestado talvez em sua ênfase na “*derrota do elemento estrangeiro, representado no fidalgo adventício ou no luso comerciante*” e no “*triumfo completo do elemento nacional, representado principalmente na alta nobreza fazendeira*”<sup>15</sup>, convém notar sua descrição da atmosfera que envolvia a interação das variantes dessa minoria dominante, afoitas em acerrar-se do “*Rei e depois do Príncipe Regente*”:

Essas três classes se defrontam, inconfundíveis e hostis, nas intimidades da Corte, junto ao Rei. Os *nobres da terra*, opulentados de engenhos e fazendas, com o seu histórico desdém pelos peões e mercadores. Os *mercadores*, conscientes da sua riqueza e da sua força, suscetibilizados por esse desdém ofensivo. Os *lusos transmigrados*, com a prosápia das suas linhagens fidalgas e o entorno impertinente de civilizados passeando em terra de bárbaros. (VIANNA, 1938)<sup>16</sup>

A predominância de agentes do reino já instalados ou *remediados* inicialmente nessa burocracia trasladada para a Colônia, suplantada após 1822 pelo acirramento entre a “*nobreza da terra*” e os “*mercadores*” – constituindo o primeiro verdadeiro esteio sociopolítico do Império –, reside uma ilustração aproximada do aparelho estatal atual, assentado a um só tempo como meio e fim das lutas sociais hegemônicas por setores dominantes, concorrentes da “*definição dos parâmetros de sustentação da dominação política*”<sup>17</sup> em âmbito nacional:

Essas três classes, de 1808 a 1822, buscam preponderar no país e na Corte. Encaram-se, por isso, no Paço, cheias de prevenções recíprocas e animosidades indissimuláveis. Os primeiros conflitos coriscam, rápidos, naquele ambiente de hipocrisias e cortezanismos. Emigrados, burgueses e fazendeiros, todos disputando renhidamente pela conquista de empregos e honrarias, procuram lisonjear e atrair a magnanimidade dádiva do Rei. (VIANNA, 1938)<sup>18</sup>

Os “parâmetros” até então estabelecidos sofreram uma inflexão irreversível, compreendida por Fiori em conformidade com um conjunto de mudanças que se estenderia até a Primeira Guerra Mundial. O ciclo iniciado no Império, com a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho através da produção agromercantil exportadora, estreitamente relacionado à configuração do setor cafeeiro, requeria a mutação do modo de produção mercantil escravista em suas formas de organização do trabalho, na medida que a “*própria utilização de mão-de-obra assalariada, desde 1870, por parte dos cafeicultores paulistas, já anunciava o solapamento das relações de produção dominantes e o nascimento de relações mais propriamente capitalistas*” (FIORI, 2003)<sup>19</sup>.

Ainda na análise de Fiori, o desfecho vitorioso da Guerra do Paraguai, que alçou os militares

(ao lado dos cafeicultores) ao primeiro plano da política brasileira, e a influência ascendente da potência imperial inglesa corroboraram para por fim ao trabalho escravo, conformando um cenário favorável à derrocada do governo central. A quebra igualmente paradigmática do bipartidarismo, protagonizado por liberais e conservadores em sua tradicional alternância parlamentar, sob o *manto* do poder moderador, estava fortemente abalada com o advento dos Partidos Republicanos. Estes muniavam pautas de ação inovadoras, articulando forças sociais que impulsionavam a abolição do regime escravista, deflagrando, assim, o término do “*fator básico de integração nacional e de sustentação da ordem política alinhavada pelo Império*”. A instauração da República, sob o *manto* agora militar, correspondia a um novo momento desse longo ciclo de “*descentralização do poder estatal*”<sup>20</sup>, posto que a pressão de forças sociais não mais se encerrava na polaridade senhor-escravo, dado o incremento da urbanização de uma parcela expressiva da população. Os antagonismos vividos entre 1889 e 1898, envoltos na definição das “*regras de organização e gestão das várias instâncias locais do poder estatal e às linhas a serem seguidas pelas suas políticas econômicas*”<sup>21</sup>, eram dinamizados no confronto entre a proposta defendida por militares (imersos no jacobinismo) de uma condução centralizadora



do Estado, visando à “realização das reformas necessárias”<sup>22</sup>, e a salvaguarda do princípio “liberal-federativo”, proveniente das tomadas de posição no seio do “liberalismo da oligarquia paulista”. Os reveses no enfrentamento das revoltas ocorridas no sul (Farroupilha) e no norte do país (Canudos) deixaram em suspenso o consenso em torno da centralização do poder, com o declínio do peso da instituição militar no aparelho estatal. A resolução desse embate passou a ficar-se nas “raízes da supremacia oligárquica e da hegemonia de interesses agromercantis ligados ao café”<sup>23</sup>.

Fiori ressalta ainda que, na tessitura dessa *nova-velha* ordem, um secular arranjo de poder, fundado na hegemonia das oligarquias paulista e mineira, em torno de um “Estado central frágil, porém estável”<sup>24</sup>, consoante ao poder das demais oligarquias, de modo a assegurar-lhes sua “autonomia federativa”<sup>25</sup>, era arquitetado. Legitimava-se a dominação conduzida nas regiões “por seus próprios governadores”<sup>26</sup> nos planos político e financeiro perante o governo central. Mas Fiori destacou, na análise dos eventos históricos, aqueles desencadeados durante e após a Primeira Guerra Mundial a exigir uma *nova/velha* transfiguração da sociedade brasileira, em torno de um necessário “fator de integração nacional”<sup>27</sup>, que passaria a conformar seu padrão de desenvolvimento capitalista sem ferir os interesses locais.

Reconheciam-se as diferenças econômicas e de poder observadas entre as diversas regiões, mas, pela primeira vez na história brasileira, *assumia-se conscientemente a decisão coletiva de mantê-las e reproduzi-las*, como única forma de assegurar a unidade territorial do espaço nacional. Tal unidade não podia gerar integração e, pior do que isso, essa estratégia reforçava a heterogeneidade, mas era indispensável para o desempenho econômico e político dos setores hegemônicos. Contudo, o fundamental desse pacto foi impor o predomínio dos grupos agroexportadores capitalistas do Centro-Sul, sem

*As configurações socioeconômicas das forças em embate eram discerníveis, por um lado, na manutenção dos interesses de uma burguesia industrial e de “frações da burguesia mercantil e financeira (...) articuladas politicamente na forma de oligarquias predominantemente regionais”,*

excluir os demais setores de exportação nem, tampouco, o latifúndio de baixa produtividade. (FIORI, 2003)<sup>28</sup>

Celso Furtado (1974) ressaltara a coexistência de espaços sociais mediante a reprodução interna de “formas de vida de países que já alcançaram níveis muito altos de acumulação de capital”<sup>29</sup> sem ocorrência, no padrão industrial correspondente, de simetrias nas inovações tecnológicas em plano nacional, reforçando-se desigualdades inter e intra-regionais.

A modernização estabelecida no período de maior abrangência da condução desenvolvimentista do Estado brasileiro foi co-determinada por um padrão de acumulação, premido pelo efeito combinado de formas de valorização em ordenações sociais *atrasadas* e *avançadas* no cenário nacional. O poderio dos blocos de poder situados ao longo de um “espaço nacional recortado por profundas clivagens regionais”<sup>30</sup> (FIORI, 2003) definiu polarizações envolvendo setores dominantes e dominados em torno de conflitos fundamentais, não autorizando, entretanto, uma associação imediata com os termos das lutas de classe entre burgueses e proletários próprios da sociedade industrial européia do século XIX e início do XX, sendo mais factível pensarmos em lutas de classe empolgadas por uma burguesia extremante difusa em suas ramificações e um imenso lumpemproletariado, cujas diferenciações intermediárias entre um e outro se aproximavam em determinados aspectos daquelas distinções políticas clássicas, mas não podendo ser confundidas com as mesmas. As configurações socioeconômicas das forças em embate eram discerníveis, por um lado, na manutenção dos interesses de uma burguesia industrial e de “frações da burguesia mercantil e financeira (...) articuladas politicamente na forma de oligarquias predominantemente regionais”, amalgamados em um Estado tornado objeto por excelência dessa luta intraburguesa, passível de ser administrada mediante a territorialidade seletiva da destinação de “tributos, taxas, subsídios, gastos, investimentos e créditos” atinentes à expansão econômica desses setores; por outro, nas “demandas crescentes das massas” mobilizadas por um padrão de desenvolvimento “concentrador de renda, com baixos níveis salariais e vastos bolsões de miséria absoluta em certas regiões do interior do país e na periferia das grandes metrópoles”<sup>31</sup>.

A potencialidade objetiva da transformação do *status quo*, mesmo que diluída nessa maioria fragmentada,

influiria na dinâmica da luta política inter e intraclases, orientando-a segundo duas tendências gerais: a maior ou menor capacidade de intervir momentaneamente nas relações de força dentre setores dominantes, operada na reprodução do voto mediante “*apelo de lideranças populistas*”; ou a participação popular autônoma em ações orientadas na expressão de seus interesses de classe, sendo, nesse caso, contrapostas à viabilização da divisão social hierárquica do trabalho segundo o atendimento – via centralização estatal – de interesses setoriais e locais das “*várias frações regionais da classe dominante*”, que recorreriam ao desenvolvimento como “*uma necessidade imperiosa de sua própria sobrevivência*” na tentativa de deixar para trás o acúmulo de contradições expresso em lutas sociais pela “*democratização da terra e da riqueza*” na hipótese do crescimento econômico como uma “*fuga para frente*”<sup>32</sup>.

## DIREÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Dentre as décadas de 1930 e 1960, ganha corpo uma divisão territorial do trabalho balizada na concentração industrial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e numa maior regularidade das interações de antigos mercados regionais. Esses fenômenos foram cimentados em

descontinuidades da economia nacional e na segmentação de regiões cênicas e periféricas no processo de acumulação baseado na substituição de importações. Otávio Dulci (2002) entende a concentração industrial no Sudeste simultaneamente à gradativa supressão do “*parque industrial preexistente em diversas partes do país*”<sup>33</sup>, a qual permite a consolidação da hegemonia paulista – lastreada ainda no dinamismo de seu setor agroexportador cafeeiro –, associada também a “*um fator extra-mercado: a política cambial do Brasil, que, para controlar importações, protegeu sobremaneira o setor industrial já implantado*”<sup>34</sup>. A partir da década de 1960, é observada uma tendência de desconcentração industrial discernível nas novas direções do desenvolvimento regional em determinados contextos socioespaciais. Uma primeira experiência de desenvolvimento regional teve como vértice a expansão da economia paulista em estados brasileiros no Centro-Sul do país:

O impulso foi dado pelo mercado, mas de fora para dentro. Foi o que sucedeu no Paraná, em Goiás e, posteriormente, no Mato Grosso do Sul, sem contar as áreas de Minas Gerais adjacentes a São Paulo (o sul de Minas e o Triângulo). (DULCI, 2002)<sup>35</sup>

Dulci distingue outra experiência concernente à Amazônia e ao Nordeste, onde ações político-institucionais se fizeram imperativas, devido às posições periféricas dessas regiões na economia nacional,

refletidas em seu “*baixo potencial de crescimento segundo a lógica do mercado*”. Seu desenvolvimento regional fora induzido externamente pelo governo federal, quando da criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), e com a continuidade de políticas fiscais específicas. O aporte institucional dessas agências – concebido originalmente para uma intervenção ampla em suas respectivas áreas administrativas – resumiu-se com o passar dos anos a “*incentivos fiscais como meio de viabilizar empreendimentos industriais e agropecuários*”<sup>36</sup>. Acresce-se ainda outro “*tipo*” de desenvolvimento regional em uma via alternativa aos anteriores, presente também em alguns estados do Centro-Sul:

Dispondo de certo potencial de expansão econômica, essa possibilidade foi buscada pelo manejo de recursos políticos e institucionais (planejamento, bancos de fomento, captação de investimentos privados, empreendimentos estatais em setores-chave etc.). *O fator diferencial, porém, foi a iniciativa interna do processo* – em contraste com o modelo do Nordeste e da Amazônia –, pois o menor grau de atraso não justificaria, por si mesmo, ações estratégicas do governo federal. (DULCI, 2002)<sup>37</sup>

Dulci indica, com referência ao último, o caráter incerto de “*fórmulas consistentes de desenvolvimento*” na



modernização brasileira – trazendo à baila ponderações preñes de conseqüências para a análise do Norte Fluminense –, ao atentar para a participação nos processos de tomada de decisão coletiva de elites estaduais em sua maior ou menor convergência à implementação de políticas públicas baseadas no padrão perfilado acima. Reconhece-se que “*o empresariado regional é um ator de peso nessa articulação interna, por suas redes de organização corporativa e por suas conexões com a esfera política*”<sup>38</sup>. Mas, sendo débil a institucionalização dessas associações de classe em suas relações com a política estadual, obstaculizam-se meios para a indução do desenvolvimento regional, embora essa condição deva ser relativizada em sua maior ou menor efetividade na análise de casos particulares. Esse traço – vigente talvez na maioria dos estados brasileiros – compõe também os confrontos, virulentos em algumas circunstâncias, na oficialidade do poder entre “partidos e ‘caciques’” que “*impedem um mínimo de continuidade administrativa entre os governos*”<sup>39</sup>.

A tendência estrutural de concentração de capitais, sobreposta à equalização das heterogeneidades sociais e econômicas que atravessa a ação estatal, reforçou o fosso entre regiões cênicas e periféricas, embora as relações destas não mais correspondessem à integralidade dos termos do padrão industrial

estabelecido décadas antes no chamado “*eixo Rio-São Paulo*”. Dulci apreende na dinâmica de setores produtivos de São Paulo traços

constitutivos do processo de desconcentração industrial, figurando novos “*itinerários do capital*”. Manteve-se a centralidade política e financeira da cidade de São Paulo, mas as atividades econômicas de sua área metropolitana se deslocariam em proporção significativa para outros espaços no país desde a década de 1970. Longe de ser somente um desdobramento da lógica das coisas da economia, houve deliberação política dessa “*estratégia de interiorização*”, tendo como suporte dessa reordenação produtiva microrregiões do Estado de São Paulo dotadas de “*condições favoráveis de infra-estrutura, base científica e tecnológica*”. Nessa conjuntura, fortaleceu-se a “*expansão da indústria de alta tecnologia*” com a implementação de pólos tecnológicos em Campinas e São José dos Campos. Valendo-se da imagem espacial implícita na idéia de “*desenvolvimento poligonal*”<sup>40</sup>, Dulci afere no impulso de desconcentração dentro de um polígono cujo núcleo é o próprio interior de São Paulo, e que se estende do centro de Minas Gerais (Belo Horizonte) até o nordeste do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), uma certa permanência do antigo padrão: São Paulo continuava sendo o centro reitor desse complexo industrial, dos espaços inter-regionais onde se encontra atualmente o “*setor mais avançado da indústria brasileira*”.

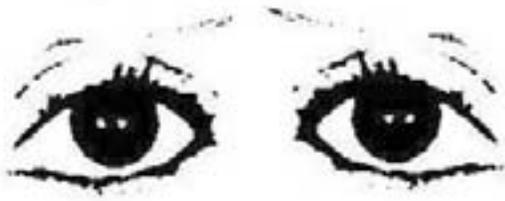
Contudo, o raciocínio implícito no dilema entre as regiões no espaço nacional não pode desviar o olhar das lutas sociais que inteiram a re-definição das condições de desenvolvimento reproduzidas localmente numa determinada região. Mesmo considerando inegáveis as co-determinações que parecem congelar relações internas de dependência, é imperativo deter-se com mais vagar nos contornos de uma região, atinando para suas dinâmicas específicas a fim de não reificar a dualidade *centro-periferia*, sem fazer do modo especial como tal dicotomia é recepcionada no espaço regional, também objeto de estudo por excelência. O estudo

...  
*os confrontos,  
virulentos  
em algumas  
circunstâncias,  
na oficialidade  
do poder entre  
“partidos e  
‘caciques’” que  
“impedem um  
mínimo de  
continuidade  
administrativa  
entre os governos”*

elaborado por José Luis Vianna da Cruz (2004) segue nesse sentido. A reordenação territorial do Norte Fluminense nas últimas três décadas é sistematizada em sua análise visando ampliar a compreensão histórico-sociológica dessa região, ao enxergar na eficácia simbólica dessa identidade regional suas contradições.

Cruz afere que até a segunda metade da década de 1980 o Norte Fluminense compreendia 14 municípios, pertencentes às microrregiões de Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Miracema. O cenário desdobrado a partir de 1987 – com o surgimento de municípios nascidos de subdivisões dos mais antigos, situando-se nas mesorregiões Norte Fluminense e Noroeste Fluminense<sup>41</sup> – insere-se no processo de “*descentralização da administração pública*” no período da redemocratização brasileira, perpassando todos os níveis da Federação, conforme analisa Catherine Neves (2003)<sup>42</sup>, indicando como um dos aspectos a serem considerados





o regime jurídico da municipalidade ratificado na Constituição de 1988 (Artigo 29) que define, dentre outras prerrogativas, que o “*município rege-se-á por Lei Orgânica própria, ditada pela Câmara Municipal, que a promulgará*”<sup>43</sup>. Catherine Neves destaca, nessas alterações institucionais, o reforço da autonomia financeira dos municípios com os novos patamares alcançados nas “*transferências constitucionais*” operadas por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) respectivo à União e pelo imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) com a destinação de cotas-parte pelos Estados.

No entanto, é pauta de não fácil resolução a acomodação dessas mudanças diante das heterogeneidades regionais no país, que influem na maior ou menor sustentabilidade das finanças públicas dos municípios, perfilando novos arranjos sociopolíticos no acesso (seletivo) às fontes de recursos pertinentes ao domínio local – receita tributária decorrente de impostos municipais – e às transferências constitucionais em âmbitos estadual e federal. Cruz atém nesse movimento de *municipalização* deflagrado na segunda metade da década de 1980 o advento dos *royalties* relacionados à extração do petróleo no Norte Fluminense, que “*reacende antigas e fomenta novas disputas territoriais, políticas e sociais*”<sup>44</sup>, conformando novas “*identidades*” nos espaços intra-regionais no norte do Estado do Rio de Janeiro, respectivas ao conjunto de municípios do Noroeste Fluminense, aos municípios inscritos na órbita do seu pólo regional tradicional, Campos dos Goytacazes e ao novo pólo regional situado em Macaé, município-sede do complexo

petrolífero fluminense. Sem embargo, Cruz reconhece vicissitudes estruturais intrínsecas às relações de propriedade enraizadas na monocultura da cana-de-açúcar, co-determinadas à centralidade econômica da *agroindústria*

sucroalcooleira, que ditou em ritmo e intensidade à mudança social legitimada nesses novos marcos geopolíticos, ressaltando a articulação entre elites fundiárias e açucareiras e esferas do poder público, em âmbitos local e nacional, quando da instauração de Programas de Desenvolvimento na região, tais como o Plano de Racionalização da Indústria Açucareira e o Programa Especial do Alcool (Proálcool) durante a Ditadura Militar na década de 1970.

Essas lideranças regionais implementaram uma estratégia de ação regionalista, pela qual lograram monopolizar a definição e a representação dos interesses regionais. (...) Essa estratégia possibilitou o fechamento da região, através do controle do uso dos recursos disponibilizados pelo projeto modernizador setorial. O território herdado favoreceu a construção dessa hegemonia. (CRUZ, 2004)<sup>45</sup>

Seja na *economia do açúcar*, seja na *economia do petróleo* – que carrearia novos grupos de poder disputantes da estrutura de comando político-administrativa estada por um dos maiores orçamentos públicos dentre municípios do país –, opera-se uma concentração espacial desses setores produtivos no cenário nacional, considerando os termos dessa especialização, que não internalizou na região setores complementares referentes, no primeiro caso, à fabricação de derivados para além do “*açúcar cristal*” e “*álcool*” e, no segundo, às “*etapas de beneficiamento*” integradas à extração petrolífera, reforçando um padrão de trabalho e renda excludente atinente à imobilidade da “*força de trabalho, particularmente aquela oriunda da economia sucroalcooleira*”<sup>46</sup>.

A estagnação econômica do norte do Rio de Janeiro – excetuando a microrregião de Macaé que, não obstante, enfrenta desafios de outra espécie, tendo em vista o crescimento desordenado – reflete em parte a posição periférica desse estado na produção industrial brasileira, observando – como muitas microrregiões de Minas Gerais – um papel subordinado na expansão do “*polígono*” liderado por São Paulo:

A abertura da economia e a reestruturação produtiva, com as mudanças tecnológicas envolvidas nesse processo, fortalecem a densidade econômica do polígono. Esta é ainda aprofundada pelo fato de que a produção das outras regiões depende muito da importação de bens (insumos, componentes) do Sudeste e do Sul, realidade que expressa a tendência concentradora do mercado. (DULCI, 2002)<sup>47</sup>

A ascendente concentração de centros de produção e consumo em São Paulo, conforme vimos, desde a passagem do século XIX para o XX, condicionou relativamente o *atraso econômico* de outras regiões, visível na desestruturação do complexo açucareiro no Norte Fluminense, acrescentando-se que alterações na mediação Estado/mercado, na transição para a política de abertura da economia nacional na década de 1990, constituem um pano de



fundo na desconcentração industrial impulsionada, também, a partir de São Paulo na vertente neoliberal<sup>48</sup>.

Cruz chama atenção nesse processo para a modernização técnico-produtiva do setor sucroalcooleiro em sua relação de dependência com o “*capital industrial produtor de insumos, máquinas e equipamentos sediado em São Paulo*” e suas implicações na dinâmica ocupacional marcada pela desfragmentação da antiga cadeia produtiva e pelo recrudescimento da marginalidade social do campesino “*expulso da terra*”, que passaria a participar de um “*mercado de trabalho em que o biscate nos serviços de baixa remuneração, predominantemente serviços ligados a unidades habitacionais – serviços domésticos – ou comerciais, [seria] a única alternativa de ocupação em relação ao trabalho na cana*”<sup>49</sup>.

As inovações tecnológicas que encontraram limites no Norte Fluminense<sup>50</sup> não deixam de participar das relações de dominação discerníveis na “*modernização reflexa*”, a que Darcy Ribeiro se refere como isenta de autonomia. Cabe considerar a efetividade dos conteúdos justificadores do ordenamento sociopolítico dessas regiões *atrasadas*, atentando para os *porquês* das mudanças sob a égide do “*regionalismo excludente*”. Na região Norte Fluminense, apenas uma das muitas faces do caráter autoritário e conservador das promessas, ilusões e ações empreendidas durante décadas de ideologia nacional-desenvolvimentista, ainda se tenta camuflar conflitos históricos que perduram até os dias atuais. No direcionamento da modernização técnico-produtiva dentro de limites

do setor sucroalcooleiro, Cruz traduz os impasses do padrão de desenvolvimento brasileiro:

O caso do Norte Fluminense permite relativizar e complexificar os nexos entre crescimento, desenvolvimento, trabalho, emprego e renda. Ele é representativo dos espaços do território nacional, herdeiros de práticas produtivas e políticas tradicionais, sob domínio de oligarquias rurais, quase sempre representantes de uma economia monocultora, com estruturas de poder e de relações sociais preservadas pela modernização conservadora realizada pelo país. Tais arranjos e dinâmica permitem que um processo de crescimento profundo e contundente, acompanhado de modernização tecnológica, signifique reprodução e aprofundamento do subdesenvolvimento, da estagnação, da pobreza e do desemprego. (CRUZ, 2004)<sup>51</sup>

É no debate da *modernização conservadora e do desenvolvimento dentro delimites* que marcou a história dos países periféricos e a dinâmica socioespacial brasileira, também, as contradições no Norte Fluminense que podemos pensar o sentido da criação da UENF no município de Campos dos Goytacazes em sua *missão* de porta-voz, segundo Darcy Ribeiro, da “*civilização emergente*”, cujas bases incidem nas “*ciências básicas e nas práticas tecnológicas que estão se gestando em nossos dias*”, asseverando que seu “*domínio, cultivo e ensino são condições essenciais para que não nos atrasemos, uma vez mais, na história*”<sup>52</sup>.

Não por outro motivo, não podemos desprezar a reflexão ainda que sumária e parcial do sistema científico e tecnológico no país que, até hoje, se encontra *desacoplado* do sistema produtivo na realidade brasileira. O relativo sucesso da implementação do Programa Estratégico de Desenvolvimento em 1968, que

estabeleceria uma política nacional de C&T, não foi capaz de criar *redes* com os principais agentes do empresariado brasileiro. Vermulm (2002)<sup>53</sup> reitera o fato de que a industrialização no Brasil deu-se no período comprimido de quatro décadas, da Segunda Grande Guerra até os anos 80, quando se fizeram os maiores investimentos na estruturação do setor industrial, mas o setor tecnológico esteve à margem deste desenvolvimento. Ambos, sistemas econômico e tecnológico, contudo, ainda não encontraram as pontes de contato que lhes permitiriam somar, mediante estratégias comuns, com a exceção, por exemplo, das técnicas de exploração do petróleo em águas profundas, que já foi observada como geradora de uma economia potente em Macaé, contrastando com o restante do Norte Fluminense, mas uma economia tão forte quanto insustentável (AGUIAR, 2005)<sup>54</sup>. E aqui fazemos menção a outras dissonâncias entre desenvolvimento econômico e tecnológico, entre estes e o desenvolvimento social e humano, por exemplo. Vermulm ressentido igualmente a ausência de algo como um *ethos* da pesquisa e da inovação no sistema produtivo brasileiro, partilhando da crítica à indiferença do empresariado, cujas largas margens de lucro não estavam em xeque, posto que subsídios fiscais e financeiros, arrocho salarial e proteção comercial asseguravam o êxito nos negócios. Meis e Leta (1996)<sup>55</sup> reafirmam a percepção de um consenso hoje no Brasil de que um “*desenvolvimento econômico auto-sustentável*” é condição de melhoria das condições de vida da população, com ênfase na pesquisa básica, na pesquisa aplicada e na tecnologia, de modo que estas “*deverão interagir harmonicamente dentro de um sistema de C&T equilibrado, onde a universidade, o governo e as empresas contribuam de forma equitativa*”. O discurso ainda está longe das ações efetivas.

Aspectos desse desencontro são explicados, como já foi dito, na acanhada mobilização do setor produtivo – destacadamente empresas



privadas – em investimentos em *pesquisa e desenvolvimento*, mediante recursos próprios:

No final da década de 70, os recursos alocados a tais atividades pelas empresas privadas correspondiam a apenas 3% do total dispendido pelos Tesouros federal e estaduais e pelas agências financeiras governamentais. O percentual alocado pelas empresas estatais, embora ainda reduzido, era bem mais expressivo (19%). (GUIMARÃES, 1995)<sup>56</sup>

Delimitando a análise sobre o fomento das C&T nos períodos de 1968-1979 e 1979-1989, Guimarães caracteriza o primeiro cenário como aquele em que houve a maior destinação de recursos provenientes de esferas federal e estadual, bem como de agências governamentais e do exterior. Contudo, a partir de 1978, assinala ter tido início uma tendência de declínio contínuo desses recursos:

Partindo de valores da ordem de US\$ 30 milhões no início dos anos 70, os repasses do Tesouro ao FNDCT atingem valores máximos em 1975 e 1977 (US\$ 243 milhões e US\$ 217 milhões, respectivamente), para então se situarem num patamar de US\$ 145 milhões no triênio 1978-80. Tais aportes caem significativamente para US\$ 62 milhões nos anos 1983-85. Há ligeira recuperação na segunda metade da década, mas o valor médio ainda é 30% inferior ao final dos anos 70 (US\$ 102 milhões). A queda se acentua, no entanto, no início dos anos 90, quando se registra um valor médio da ordem de US\$ 40 milhões. (GUIMARÃES, 1995)<sup>57</sup>

Na leitura dos números citados acima, é pertinente considerar não somente o caráter dramático da provisão irregular de recursos – que inviabiliza projetos de C&T em médio e longo prazos –, mas também as implicações da inarticulação entre o setor produtivo e as instituições de ensino e pesquisa, no âmbito das políticas governamentais. A persistência de disparidades nos desempenhos da ciência e da tecnologia parece confirmar as dissonâncias entre o universo

*A persistência de disparidades nos desempenhos da ciência e da tecnologia parece confirmar as dissonâncias entre o universo empresarial e a comunidade científica nacional quanto à meta pública de “redução da dependência tecnológica do setor produtivo em relação ao exterior” na política nacional de C&T.*

empresarial e a comunidade científica nacional quanto à meta pública de “redução da dependência tecnológica do setor produtivo em relação ao exterior” na política nacional de C&T.

Essa frustração decorre, antes de mais nada, de uma avaliação equivocada da própria política ao papel e às possibilidades do complexo universidade-instituições de pesquisa nesse processo. Reflete também, no entanto, a trajetória autônoma descrita pela comunidade acadêmica e sua despreocupação quanto

às necessidades do setor produtivo, bem como o desinteresse deste por uma possível contribuição das universidades e instituições de pesquisa para a solução de seus problemas. (GUIMARÃES, 1995)<sup>58</sup>

Vermulm esclarece o equívoco apontado por Guimarães no cerne de uma política que visava à ampliação do aporte institucional para a geração de conhecimento científico em conexão imediata com o setor privado da economia. Traduziu-se erroneamente o desenvolvimento de tecnologias sob o signo da *oferta e demanda*, desconsiderando o tempo geracional de criação e sedimentação de uma cultura técnica erigida em práticas co-participadas na construção de saberes dentro e fora do *locus* tradicional da ciência, diferente substantivamente das metas de curto prazo do “*eterno presente*” da acumulação capitalista, como se a cultura capitalista em sua feição mais *moderna* – moderna aqui está descolado de avaliações morais – fosse um fenômeno isolado que não interage com as demais dimensões históricas de construção de uma de uma nação, de um povo, de uma gente<sup>59</sup>.

Tecnologia não é mercadoria, não existe um mercado e não é adequado fazer essa dicotomia, essa segmentação. No mundo da tecnologia, vale muito o experimento, a tentativa e o erro, o conhecimento tácito, não-codificado, enquanto no mundo científico temos um conhecimento muito mais organizado. Porém, apesar dessas especificidades, há uma intensa relação entre esses dois mundos. (VERMULM, 2002)<sup>60</sup>

A passagem acima é importante, pois traz à luz os matizes das pesquisas acadêmica e tecnológica. Sandra Negraes Brisolla (1996), semelhantemente a Vermulm, trata dessas diferenças no tocante à relação entre o saber universitário e a atividade industrial ao considerar que a pesquisa acadêmica, mesmo que aplicada no desenvolvimento de processos e produtos, envolve uma lógica que não é “*nunca diretamente tecnológica*”<sup>61</sup>. E é bom que não seja, o que não impede, na visão de Brisolla, o diálogo com as

necessidades da esfera produtiva, afinal, o desenvolvimento tecnológico no setor produtivo “é uma atividade de risco que exige algum apoio público” (*Ibid.*). Uma das formas desse apoio está na capacidade para a inovação dos cientistas concentrados nas universidades e fundações públicas no Brasil. No sentido contrário, o sistema brasileiro de mudança tecnológica tendeu a se enquadrar no modelo de especialização pautado na divisão internacional do trabalho, que favoreceu tendencialmente ganhos de produtividade na formação do capital mediante ordenação de fatores de produção, sem incidir necessariamente em competitividade tecnológica, quer dizer, sem observar, na maioria dos seus ramos produtivos, a indução interna de novos mercados (nacionais e internacionais) baseados em produtos e tecnologias inovadoras. Em outras palavras: a consolidação do complexo industrial brasileiro radica em uma dinâmica socioeconômica na qual o impulso original respectivo à instalação de “novos setores” não foi acompanhado do “mesmo dinamismo na geração de novos produtos, e novos processos a partir dessa base produtiva, já instalada”. (VERMULM, 2002)<sup>62</sup>

Darcy Ribeiro (1995) atentara, em seus estudos da *formação* e do *sentido* do Brasil<sup>63</sup>, para o fato da distância entre um e outro país poder ser relacionada,  *grosso modo*, a fatores como o alheamento do segmento empresarial ao investimento em C&T e para a ênfase excessiva na inovação tecnológica sem o suporte necessário para a transferência das tecnologias para as atividades produtivas. Sandra Brisolla (*op. cit.*) dá continuidade e sumariza os argumentos, notando o estranhamento mútuo entre comunidade científica – universidades e instituições de pesquisa – e setor produtivo, ao qual se soma o não-investimento consistente no setor como barreira ao desenvolvimento. Mais do que burocratizar as possibilidades de *redes* entre cientistas e empresários, o que tem levado sem sucesso o cientista brasileiro a se tornar um empresário, o que não é o objetivo. Celso Furtado alerta para uma política de C&T de eficácia social.

...  
*a consolidação  
do complexo  
industrial  
brasileiro radica  
em uma dinâmica  
socioeconômica  
na qual o impulso  
original respectivo  
à instalação de  
“novos setores” não  
foi acompanhado  
do “mesmo  
dinamismo  
na geração de  
novos produtos,  
e novos processos  
a partir dessa  
base produtiva, já  
instalada”.*

É certo que um maior acesso a bens culturais melhora a qualidade da vida dos membros de uma coletividade. Mas, fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade e descaracterizar a cultura de um povo. Daí que uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. (FURTADO, 1984)<sup>64</sup>

Ao se constatar as surpreendentes taxas de crescimento econômico brasileiro – dentre as maiores do planeta entre 1900 e 1980 –, relacionadas à inserção do país no comércio internacional nos limites processuais da “*atualização histórica*” ou “*modernização reflexa*”, cujas bases não se dissociam, segundo Viotti (2001), da depreciação dos “*salários reais de seus trabalhadores*”, da “*exploração predatória de seus recursos naturais*” e dos “*mecanismos de proteção ou subsídio estatal*”, pode-se traçar correspondências com o apelo não atendido de Celso Furtado visto a persistência da “*competitividade espúria*” que Viotti define como “*aquela alcançada à custa da redução das condições de vida da população (atual ou futura) ou da exploração predatória dos recursos naturais*”<sup>65</sup>, em detrimento da criatividade no plano das técnicas produtivas não-alienadas da abertura de inovações, em atendimento à satisfação das necessidades humanas, em suas determinações últimas, ou seja, inscritas em *um diálogo entre técnica e valores enquanto um processo de criatividade cultural em sua dimensão político-institucional*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UENF é um projeto de autoria de Darcy Ribeiro que *bebe* das fontes dos debates sobre modernização e autonomia, sobre desenvolvimento e criatividade. Ao mesmo tempo, foi pensada para se fixar e se espalhar por uma região previamente definida, o Norte Fluminense. Seus pioneiros na criação e na sedimentação da Universidade não são alheios à força dos embates em torno da nação, da modernidade, da ciência e da tecnologia. Os embates direcionaram a criação e a consolidação de centros e de laboratórios, de cursos de graduação e de programas de pós-graduação. A produção científica em intersecção com seu entorno imediato e agências extra-regionais em suas diversas atualizações são melhores percebidas em suas ousadas e constrangimentos quando pensadas num marco explicativo de maior alcance que proveja a desnaturalização de suas relações

sociais atinentes à institucionalização de saberes e práticas intra e extra-muros universitários.

As dissonâncias entre desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento econômico, e destes face ao desenvolvimento social que supõe não apenas a democratização do acesso aos bens da modernidade, mas também a capacidade crítica em face dos efeitos perversos desta mesma modernidade por um número de vozes plural no espaço público, guia nossa reflexão sobre o advento da UENF, cujo autor principal é Darcy Ribeiro, em uma configuração socioespacial erigida em contradições no norte do Estado do Rio de Janeiro. A aposta no desenvolvimento das forças produtivas, a partir dos *cérebros* reunidos na UENF, dedicados exclusivamente a projetos de ponta no âmbito da ciência, da tecnologia e da inovação, projetara a constituição de “Centros de Ciências e Tecnologias, associados a empresas”<sup>66</sup> que, juntos, promoveriam o desenvolvimento regional, é um pressuposto que merece melhor avaliação em uma necessária *limpeza de terreno* da ideologia que patenteia seu discurso oficial.

A *intervenção modernizante* do Estado – e da universidade pública – na estruturação socioeconômica do Norte Fluminense, ladeada pela projeção teórica e ideológica contida na UENF em seu nascedouro, sofre

os previsíveis constrangimentos de uma ordem econômica, política e cultural que não se limita ao domínio regional, mas conforma a “*contradição viva*” de nossa época: o capital. A Universidade, como importante agente de mudanças, é também forjada na lógica capitalista. O pensamento autônomo é uma *utopia* em nossa sociedade se não percebido como formado no embate cotidiano em que cientistas, donos do capital, trabalhadores, cidadãos, *não-cidadãos* e governos podem participar da elaboração de alguns patamares sobre os quais acordos e consensos possam ser firmados. A UENF vinha com o anúncio do “*terceiro milênio*”, mas jamais o construiria por si só. Darcy Ribeiro, acentuando o papel da educação e da ciência, nem por isso, deixaria de compreender a luta social a ser travada no seio das relações de produção que se mantém cristalizadas na região.

Ainda que o desenvolvimento social e/ou econômico ou *progresso* assuma um caráter dominante não somente nos discursos norteadores de pesquisas e políticas públicas dentro e fora da *academia*, a distância entre essa aspiração legítima – enquanto idéia-força manifestada difusamente – e a condução sociopolítica dessa aspiração é maior do que a percepção imediata. Reiterada de forma turva na vida social, o discurso que o desenvolvimento advém automaticamente da inovação tecnológica impede, muitas vezes, o debate de como a mesma se efetivará e, mais do que isso, de como políticas de inovação tecnológica no Brasil serão asseguradas, caso não se afira o núcleo do problema, a saber, as políticas macroeconômicas impostas *de fora para dentro*. A idéia de inovação tecnológica como produto de interação universidade - setor produtivo impõe uma série de desafios até hoje não solucionados, nem pelas comunidades científicas, nem pelas empresas. Não menos importante é considerar que, mesmo se garantindo a inovação tecnológica, não se garante que tal força produtiva seja capaz de gerar o *desenvolvimento social* nas atuais relações sociais de produção. O progresso, embora não possa ser espantado das metas governamentais,

*O progresso, embora não possa ser espantado das metas governamentais, ainda carece de maior rigor em sua conceituação a fim de que a missão da universidade pública não seja desprezada, nem superestimada, em seu papel de agente de construção de uma nação emancipada.*

ainda carece de maior rigor em sua conceituação a fim de que a *missão* da universidade pública não seja desprezada, nem superestimada, em seu papel de agente de construção de uma nação emancipada. Esse ensaio se encerra como uma inquietação a partir da qual perguntas não se calam, mas urgem novos estudos e reflexões conseqüentes:

Como pensar e agir ética e cientificamente tendo como pressuposto o desafio histórico ou *civilizatório* de compatibilizar o desenvolvimento exponencial das forças produtivas com o constrangimento objetivo da liberação das potencialidades dos indivíduos sociais na busca auto-reflexiva de sua promoção coletiva?

Por que não cientistas – das naturezas e das sociedades (como se



um lado existisse sem o outro) – não se unem em suas pesquisas e projetos a fim de tornar mais visíveis as *formas sociais* nas quais uma dada inovação tecnológica se pretende exitosa? Por que a competência para desvelar valores e interesses mediados por instituições e expressos nas práticas cotidianas deve ser um privilégio dos *cientistas sociais*, enquanto os cálculos e os experimentos químicos, físicos e biológicos devem ser apartados do olhar dos *leigos*?

Nossa conclusão exige o prosseguimento dos estudos e das ações: as inovações tecnológicas, para se tornarem efetivas, exigem de todos nós uma competência peculiar: a da comunicação entre os que definem “*qual desenvolvimento e para quem*”. Os conflitos não negados (ou silenciados) tendem a fortalecer a democracia.

## NOTAS:

<sup>1</sup> Projeto Faperj “Universidade, Conhecimento e Missão”, coordenado por Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adelia Miglievich. Conferir também SILVA JÚNIOR, Paulo Sérgio Ribeiro. **Modernização e suas contradições**: notas sobre a experiência de interação Lamav-UENF e a indústria cerâmica em Campos dos Goytacazes – RJ. Campos dos Goytacazes/RJ: LEEA/CCH/UENF, 2005. 108 p. Monografia (bacharelado em Ciências Sociais).

<sup>2</sup> VIOTTI, Eduardo Baumgratz. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável brasileiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001. p. 143-158.

<sup>3</sup> MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável – DS. In: \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 53.

<sup>4</sup> **Id. ibid.**, (2001) **op. cit.**

<sup>5</sup> FIORI, José Luís. Brasil, um caso paradigmático? In: \_\_\_\_\_. **O vó da coruja**: para rere o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 121-173.

<sup>6</sup> DULCI, Otávio Soares. Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Bauru/SP, v.17, n. 50, out. 2002. p. 89-102.

<sup>7</sup> CRUZ, José Luis Vianna da. Modernização, crescimento econômico e pobreza no Norte

Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e (Org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royaties do petróleo. Campos dos Goytacazes/RJ: WTC Editora, 2004. p. 77-116.

<sup>8</sup> FIORI, José Luís. (2003). **op. cit.**, p. 116.

<sup>9</sup> **Id. ibid.**

<sup>10</sup> **Id. ibid.**

<sup>11</sup> **Id. ibid.**

<sup>12</sup> **Id. ibid.**

<sup>13</sup> **Id. ibid.**

<sup>14</sup> VIANNA, Oliveira. A aristocracia rural. In: \_\_\_\_\_. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. p.3-57.

<sup>15</sup> VIANNA, Oliveira. (1938). **op. cit.**, p. 39; grifo nosso.

<sup>16</sup> **Id. ibid.**, p. 32-33.

<sup>17</sup> FIORI, José Luís. (2003). **op. cit.**, p. 117.

<sup>18</sup> VIANNA, Oliveira. (1938). **op. cit.**, p. 35-36

<sup>19</sup> FIORI, José Luís. (2003). **op. cit.**, p. 116-117.

<sup>20</sup> **Id. ibid.**, p. 117.

<sup>21</sup> **Id. ibid.**

<sup>22</sup> **Id. ibid.**

<sup>23</sup> **Id. ibid.**

<sup>24</sup> **Id. ibid.**

<sup>25</sup> **Id. ibid.**

<sup>26</sup> **Id. ibid.**

<sup>27</sup> **Id. ibid.**

<sup>28</sup> **Id. ibid.**, p. 118; grifo nosso.

<sup>29</sup> FURTADO, Celso. Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de grande predomínio das grandes empresas. In: \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 44-45.

<sup>30</sup> FIORI, José Luís. (2003). **op. cit.**, p. 157.

<sup>31</sup> **Id. ibid.**, p. 123.

<sup>32</sup> **Id. ibid.**, p. 123-124.

<sup>33</sup> DULCI, Otávio Soares. (2002). **op. cit.**, p. 90.



<sup>34</sup> **Id. ibid.**

<sup>35</sup> **Id. ibid.**

<sup>36</sup> **Id. ibid.**

<sup>37</sup> **Id. ibid.**, p. 91; grifo nosso.

<sup>38</sup> **Id. ibid.**

<sup>39</sup> **Id. ibid.**

<sup>40</sup> Dulci inspira-se no estudo “Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização”, realizado por Clélio Campolina Diniz. Cf. DINIZ, Clélio Campolina. (1993), **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização**. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-64, Belo Horizonte. (Referência presente no artigo de Dulci, por nós consultado).

<sup>41</sup> A microrregião de Campos dos Goytacazes reunia Conceição de Macabu, Campos dos Goytacazes, Macaé, São Fidélis e São João Barra; a microrregião de Itaperuna reunia Bom Jesus de Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola e Porciúncula; à microrregião de Miracema correspondia: Cambuci, Miracema e Santo Antônio de Pádua. Atualmente, o Norte Fluminense e o Noroeste Fluminense integram 22 municípios, sendo alguns correspondentes a antigos distritos dos seguintes municípios apresentados entre parênteses: Quissamã (Macaé; mesorregião Noroeste Fluminense), Italva (Campos dos Goytacazes; mesorregião Noroeste Fluminense), Cardoso Moreira (Campos dos Goytacazes; mesorregião Norte Fluminense), Varre-Sai (Natividade; mesorregião Norte Fluminense), Aperibé (Santo Antônio de Pádua; mesorregião Noroeste Fluminense), Itabapoana (São João da Barra; mesorregião Norte Fluminense), Carapebus (Macaé; mesorregião Norte Fluminense) e São José de Ubá (Cambuci; mesorregião Noroeste Fluminense). O município de Itacora foi anexado ao Noroeste Fluminense (pertencia antes à Região Serrana). Cf. CRUZ. (2004). **op. cit.**, p.82-83.

<sup>42</sup> NEVES, Catherine Soares. **Viabilidade dos municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense criados a partir de 1985**. Campos dos Goytacazes/RJ: LEEA/CCH/UENF, 2003. 67 p. Monografia (bacharelado em Ciências Sociais).

<sup>43</sup> NEVES, Catherine Soares. (2003). **op. cit.**, p. 7-15.

<sup>44</sup>CRUZ, José Luis Vianna da. (2004). **op. cit.**, p. 92.

<sup>45</sup> **Id. ibid.**, p. 90.

<sup>46</sup>“...os recursos do petróleo, com exceção dos recursos introduzidos nos orçamentos municipais, assim como os da agroindústria açucareira, são, em grande parte, drenados da região.” **Id. ibid.**, p. 111.

<sup>47</sup>DULCI, Otávio Soares. (2002). **op. cit.**

<sup>48</sup>“O pilar institucional do processo de desconcentração viu-se bastante reduzido. Permaneceu contudo o pilar do mercado”. DULCI, Otávio Soares. (2002), **op. cit.**, p. 91.

<sup>49</sup>CRUZ, José Luis Vianna da. (2004). **op. cit.**, p. 86; colchetes nossos.

<sup>50</sup>Em “CT&I e cana-de-açúcar: uma análise sistêmica” (2005), Adelia Miglievich Ribeiro e Fabrício Monteiro Neves demonstram como se mantém, nos grupos de pesquisa da região nos anos 2000, a biotecnologia clássica da cana-de-açúcar, aquela a não envolver transgenia, ainda que os cientistas esforcem-se para galgar novos patamares experimentais. Os autores, sem querer postular juízos de valor sobre tema tão complexo cuja esfera deliberativa ultrapassa em muito a arena científica, ressaltam, de todo modo, que a biotecnologia realizada nas universidades e fundações locais adequa-se visivelmente a um sistema econômico marcado pela superexploração do trabalho.

<sup>51</sup>CRUZ, José Luis Vianna da. (2004). **op. cit.**, grifo nosso.

<sup>52</sup>UENF. **Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense**. 1992. p. 9.

<sup>53</sup>VERMULM, Roberto. Promoção de desenvolvimento científico e tecnológico. In: MORHY, Lauro (Org.). **Brasil em questão: a universidade e a eleição presidencial**. Brasília: UnB, 2002. p.198-199.

<sup>54</sup>AGUIAR, Márcia Cristina Mérida. **Ciência como política: um estudo de “híbridos” da**

modernidade na Universidade do Terceiro Milênio. Campos dos Goytacazes/RJ: UENF/CCH/PPGPS, 2005. Dissertação (mestrado em Políticas Sociais).

<sup>55</sup>MEIS, Leopoldo de; LETA, Jacqueline. **O perfil da ciência brasileira**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1996.

<sup>56</sup>GUIMARÃES, Eduardo Augusto. A política científica e tecnológica e as necessidades do setor produtivo. In: SCHWARTZMAN, Simon (Coord.). **Política industrial, mercado de trabalho e instituições de apoio**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. p. 65.

<sup>57</sup> **Id. ibid.**

<sup>58</sup> **Id. ibid.**, p. 67; grifo nosso.

<sup>59</sup>Relativizando os conceitos mesmos de “modernidade” e de “modernidade constituída”, esta última expressão do sociólogo Bruno Latour, ver **Perspectivas da sociologia latino-americana**. RIBEIRO, Adelia Miglievich. (2005).

<sup>60</sup>VERMULM, Roberto. (2002). **op. cit.**, p.198.

<sup>61</sup>BRISOLLA, Sandra Negraes. Universidade e empresa: um encontro marcado. **Cadernos Ceru**, São Paulo, Série 2, n.7, abr. 1996. p. 127.

<sup>62</sup>VERMULM, Roberto. (2002). **op. cit.**, p. 199.

<sup>63</sup>RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>64</sup>FURTADO, Celso. Desenvolvimento e cultura. In: \_\_\_\_\_. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.32.

<sup>65</sup>VIOTTI, Eduardo Baumgratz. (2001). **op. cit.**, p.146-148.

<sup>66</sup>UENF. **Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense**. 1992. p. 30.

## RESUMEN

*Adelia Maria Miglievich Ribeiro; Paulo Sérgio Ribeiro da Silva Júnior. **Modernización Ciencia y Tecnología en la “Universidad del Tercer Milenio”: perspectivas para el desarrollo regional.***

*Examina la concepción de universidad pública propuesta por Darcy Ribeiro con la creación de la “Universidad Estadual do Norte Fluminense” que nace bajo el signo polémico de portavoz de la civilización emergente y cuna del pensamiento autónomo, cuyo propósito es acelerar el desarrollo regional. Consiguientemente enfrentamos las paradojas propias de la relación entre tecnología, modernización y autonomía cultural, que exigen también una nueva respuesta a los dilemas teórico-epistemológicos. Defendemos la idea de que un proyecto de transformación no puede imaginarse desvinculado del embate cotidiano entre gobiernos, científicos, empresarios y trabajadores.*

**Palabras clave:** *Universidad, Norte Fluminense, Ciencia, Tecnología, Darcy Ribeiro, Desarrollo Regional*

